

STJ00099191

Jorge Arbex Bueno

TEORIA DA AÇÃO
DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA

Editora Lumen Juris
RIO DE JANEIRO
2014

Copyright © 2014 by Jorge Arbex Bueno
Categoria: Direito Privado Imobiliário

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Ana Lúcia Morais

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003),
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B928t

Bueno, Jorge Arbex

Teoria da ação de improbidade administrativa / Jorge Arbex
Bueno. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

136 p. ; 15 cm.

Bibliografia: p. 123-127.

ISBN 978-85-8440-000-3

1. Improbidade administrativa – Legislação – Brasil. 2. Crime
contra a administração pública – Brasil. I. Título.

CDD- 345.8102323

SUMÁRIO

Introdução	1
1 - Princípio da moralidade administrativa, a probidade administrativa e os atos de improbidade	3
1.1 Princípio da Moralidade Administrativa	4
1.2 Probidade Administrativa	10
1.3 Improbidade Administrativa	12
2 - Tutela estatal da improbidade administrativa	17
2.1 Tutela Administrativa da Probidade Administrativa	22
2.2 Tutela Penal da Probidade Administrativa .	26
2.3 Tutela Político-Administrativa da Probidade Administrativa	29
2.4 Tutela Civil da Probidade Administrativa ..	33
3 - Teoria da ação	41
3.1 Relação Jurídica Processual	44
3.2 Partes	46
3.3 Causa de Pedir	49
3.4 Pedido	53
4 - Elementos da relação jurídica processual da lei 8.429/1992	55
4.1 Sujeito Ativo	56

4.1.1 Pessoa Jurídica Interessada	58
4.1.2 Ministério Público	65
4.2 Sujeito Passivo	69
4.2.1 Agente Público	70
4.2.2 Particulares	74
4.2.3 Agentes Políticos	77
4.3 Causa de Pedir	94
4.3.1 Fato Jurídico	95
4.3.2 Fundamento Jurídico	100
4.4 Pedido	108
Conclusão	119
Bibliografia	123